



ACADEMIA DE POLÍCIA
“DR. CORIOLANO NOGUEIRA COBRA”
Secretaria de Concursos Públicos



Concurso Público



001. PROVA PREAMBULAR

INVESTIGADOR DE POLÍCIA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Leia a charge para responder às questões de números **01** e **02**.



(Folha de S.Paulo, 30.09.2012)

01. Segundo a esposa de Hagar, na juventude ele era

- (A) introspectivo.
- (B) calmo.
- (C) sensível.
- (D) entusiasmado.
- (E) carinhoso.

02. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação e à colocação pronominal.

- (A) Infelizmente, se transformou, o ímpeto de Hagar, num passo lento depois que casamos.
- (B) Depois que casamos, infelizmente se transformou, o ímpeto de Hagar num passo lento.
- (C) Infelizmente se transformou o ímpeto de Hagar num passo lento, depois que casamos.
- (D) Se transformou num passo lento, infelizmente, o ímpeto de Hagar depois que casamos.
- (E) Depois que casamos infelizmente transformou-se num passo lento o ímpeto de Hagar.

Leia o texto para responder às questões de números **03** a **10**.

Vovó cortês

RIO DE JANEIRO – Parece uma queda travada pelos dois braços de uma só pessoa. De um lado da mesa, a Constituição, que garante a liberdade de expressão, de imprensa e de acesso à informação. Do outro, o Código Civil, que garante ao cidadão o direito à privacidade e o protege de agressões à sua honra e intimidade. Dito assim, parece perfeito – mas os copos e garrafas afastados para os lados, abrindo espaço para a luta, não param em cima da mesa.

A Constituição provê que os historiadores e biógrafos se voltem para a história do país e reconstituam seu passado ou presente em narrativas urdidadas ao redor de protagonistas e coadjuvantes. Já o Código Civil, em seu artigo 20, faz com que não apenas o protagonista tenha amparo na lei para se insurgir contra um livro e exigir sua retirada do mercado, como estende essa possibilidade a coadjuvantes de quarta grandeza ou a seus herdeiros.

Significa que um livro sobre D. Pedro 1.º pode ser embargado por algum contraparente da família real que discorde de um possível tratamento menos nobre do imperador. Ou que uma tetra-tetra-tetraneta de qualquer amante secundária de D. Pedro não goste de ver sua remota avó sendo chamada de cortês – mesmo que, na época, isso fosse de domínio público –, e parta para tentar proibir o livro.

Quando se comenta com estrangeiros sobre essa permanente ameaça às biografias no Brasil, a reação é: “Sério? Que ridículo!”. E somos obrigados a ouvir. Nos EUA e na Europa, se alguém se sente ofendido por uma biografia, processa o autor se quiser, mas o livro segue em frente, à espera de outro que o desmint. A liberdade de expressão é soberana.

É a que se propõe a Associação Nacional dos Editores de Livros: arguir no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do artigo 20 do Código Civil.

(Folha de S.Paulo, 17.08.2012. Adaptado)

03. As informações textuais mostram que, em determinados contextos, os preceitos da Constituição e os do Código Civil

- (A) são deixados de lado, quando há o interesse em preservar personalidades políticas.
- (B) resguardam as biografias de contestações judiciais para preservar o direito de imprensa.
- (C) preservam o direito à liberdade de expressão para os historiadores e os biógrafos.
- (D) impedem que personalidades sejam destratas publicamente por seus atos pretéritos.
- (E) entram em choque, opondo diferentes posicionamentos, como no caso das biografias.

04. O título, em harmonia e coerência com as informações textuais, reporta à

- (A) liberdade de expressão nos EUA e na Europa.
- (B) falta de publicização da vida das figuras públicas no Brasil.
- (C) divulgação de fatos conhecidos, mas constrangedores.
- (D) arcaica liberdade de expressão prevista na Constituição.
- (E) soberania da liberdade de expressão no mundo.

05. Emprega-se a linguagem figurada na seguinte passagem do texto:

- (A) ... o Código Civil, que garante ao cidadão o direito à privacidade e o protege de agressões à sua honra e intimidade.
- (B) ... mas os copos e garrafas afastados para os lados, abrindo espaço para a luta, não param em cima da mesa.
- (C) A Constituição provê que os historiadores e biógrafos se voltem para a história do país e reconstituam seu passado ou presente...
- (D) ... a Constituição, que garante a liberdade de expressão, de imprensa e de acesso à informação.
- (E) É a que se propõe a Associação Nacional dos Editores de Livros: arguir no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do artigo 20 do Código Civil.

06. Considere as frases:

– A Constituição **provê** que os historiadores e biógrafos se voltem para a história do país e reconstituam seu passado ou presente em narrativas **urdidias** ao redor de protagonistas e coadjuvantes.

– ... **arguir** no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do artigo 20 do Código Civil.

Os termos em destaque têm como sinônimos, respectivamente,

- (A) sugere, pensadas e invalidar.
- (B) obriga, tecidas e acusar.
- (C) dispõe, fechadas e contestar.
- (D) antecipa, concluídas e impugnar.
- (E) regulamenta, tramadas e argumentar.

07. A frase dos estrangeiros – “Sério? Que ridículo!” – indica que eles

- (A) discordam da proposta da Associação Nacional dos Editores de Livros.
- (B) discordam do artigo 20 do Código Civil.
- (C) concordam com a garantia ao cidadão do direito à privacidade.
- (D) discordam das garantias constitucionais brasileiras.
- (E) concordam com os embargos às publicações.

Para responder às questões de números 08 e 09, considere a seguinte passagem do segundo parágrafo do texto: Já o Código Civil, em seu artigo 20, faz com que **não apenas** o protagonista tenha amparo na lei para se insurgir contra um livro e exigir sua retirada do mercado, **como** estende essa possibilidade a coadjuvantes de quarta grandeza ou a seus herdeiros.

08. Mantendo o sentido do texto, o início do trecho está corretamente reescrito em:

- (A) O Código Civil, inclusive, em seu artigo 20...
- (B) Nos tempos de hoje, o Código Civil em seu artigo 20...
- (C) O Código Civil, por sua vez, em seu artigo 20...
- (D) Neste momento, o Código Civil, em seu artigo 20...
- (E) O Código Civil, no entanto, em seu artigo 20...

09. O par correlato “não apenas... como”, em destaque na passagem do texto, estabelece entre as orações relação de

- (A) adversidade.
- (B) alternância.
- (C) conclusão.
- (D) adição.
- (E) explicação.

10. Assinale a alternativa em que o período – Nos EUA e na Europa, se alguém se sente ofendido por uma biografia, processa o autor se quiser... – está corretamente redigido em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sintam ofendidas por uma biografia, processam o autor caso queiram...
- (B) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sentirem ofendidos por uma biografia, processa-se o autor caso quiserem...
- (C) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sente ofendidas por uma biografia, processa o autor caso se quer...
- (D) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sintam ofendido por uma biografia, processam-se o autor caso se quer...
- (E) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sentem ofendido por uma biografia, processam o autor caso querem...

11. Depois da Constituição, o Código Penal é a mais importante peça jurídica. É ele que define os limites de fato _____ liberdade individual e estabelece quando o Estado está autorizado _____ exercer violência contra o cidadão, encarcerando- _____ .

(Folha de S.Paulo, 17.06.2012. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto são preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) à ... à ... o
- (B) a ... a ... lhe
- (C) a ... à ... o
- (D) à ... à ... lhe
- (E) à ... a ... o

12. Leia a charge.



(Gazeta do Povo, 01.11.2012. Adaptado)

Em norma-padrão da língua portuguesa, a fala do funcionário demitido é completada com:

- (A) ... prefiro ser demitido a ser demetido.
- (B) ... prefiro antes ser demitido que ser demetido.
- (C) ... prefiro mais ser demitido do que ser demetido.
- (D) ... prefiro ser demitido do que ser demetido.
- (E) ... prefiro mais ser demitido a ser demetido.

Leia o texto para responder às questões de números 13 a 20.

Madrugada

Duas horas da manhã. Às sete, devia estar no aeroporto. Foi quando me lembrei de que, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, deixara no banheiro o meu creme dental. Examinei a rua. Nenhuma farmácia aberta. Dei meia volta, rumei por uma avenida qualquer, o passo mole e sem pressa, no silêncio da noite. Alguma farmácia haveria de plantão... Rua deserta. Dois ou três quarteirões mais além, um guarda. Ele me daria indicação. Deu. Farmácia Metrôpole, em rua cujo nome não guardei.

– O senhor vai por aqui, quebra ali, segue em frente.

Dez ou doze quarteirões. A noite era minha. Lá fui. Pouco além, dois tipos cambaleavam. Palavras vazias no espaço cansado. Atravessei, cauteloso, para a calçada fronteira. E já me esquecera dos companheiros eventuais da noite sem importância, quando estremei, ao perceber, pelas pisadinhas leves, um cachorro atrás de mim. Tenho velho horror a cães desconhecidos. Quase igual ao horror pelos cães conhecidos, ou de conhecidos, cuja lambida fria, na intimidade que lhes tenho sido obrigado a conceder, tantas vezes, me provoca uma incontrolável repugnância.

Senti um frio no estômago. Confesso que me bambeou a perna. Que desejava de mim aquele cão ainda não visto, evidentemente à minha procura? Os meus bêbados haviam dobrado uma esquina. Estávamos na rua apenas eu e aqueles passos cada vez mais próximos. Minha primeira reação foi apressar a marcha. Mas desde criança me ensinaram que correr é pior. Cachorro é como gente: cresce para quem se revela o mais fraco. Dominei-me, portanto, só eu sei com que medo. O bicho estava perto. Ia atacar-me a barriga da perna? Passou-me pela cabeça o grave da situação. Que seria de mim, atacado por um cão feroz numa via deserta, em plena madrugada, na cidade estranha? Como me arranjaria? Como reagiria? Como lutar contra o monstro, sem pedra nem pau, duas coisas tão úteis banidas pela vida urbana?

Nunca me senti tão pequeno. Eu estava só, na rua e no mundo. Ou melhor, a rua e o mundo estavam cheios, cheios daqueles passos cada vez mais vizinhos. Sim, vinham chegando. Não fui atacado, porém. O animal já estava ao meu lado, teque-teque, os passinhos sutis. Bem... Era um desconhecido inofensivo. Nada queria comigo. Era um cão notívago, alma boêmia como tantos homens, cão sem teto que despertara numa soleira de porta e sentira fome. Com certeza, saindo em busca de latas de lixo e comida ao relento.

Um doce alívio me tomou. Logo ele estaria dois, três, dez, muitos passinhos miúdos e leves cada vez mais à frente, cada vez mais longe... Não se prolongou, porém, a repousante sensação. O animal continuava a meu lado, acertando o passo com o meu – teque-teque, nós dois sozinhos, cada vez mais sós... Apressei a marcha.

Lá foi ele comigo. Diminuí. O bichinho também. Não o olhara ainda. Sabia que ele estava a meu lado. Os passos o diziam. O vulto. Pelo canto do olho senti que ele não me olhava também, o focinho para a frente, o caminhar tranquilo, muito suave, na calçada larga.

(Orígenes Lessa. *Balbino, Homem do Mar*. Fragmento adaptado)

13. O texto é uma narrativa em primeira pessoa na qual o narrador-personagem relata uma situação de

- (A) comicidade, ao encontrar um cachorro realmente perigoso, mas que por sorte não o atacou.
- (B) saudosismo, ao pensar nos cachorros assemelhados aos seres humanos.
- (C) delírio, ao lembrar os perigos vividos ao ser atacado por cachorros conhecidos e desconhecidos.
- (D) temor, ao sair de madrugada pelas ruas e ser acompanhado de um cachorro.
- (E) pavor, ao deparar-se com um cachorro violento que o persegue na madrugada.

14. O sentimento do narrador, ao pressentir a companhia do cachorro, decorre de
- (A) sua ojeriza em relação a esse tipo de animal.
 - (B) seu estado de leve embriaguez e cansaço.
 - (C) seu mau humor por causa do creme dental que acabara.
 - (D) sua sensação de insegurança com a presença dos bêbados.
 - (E) sua saudade dos tempos de infância e de juventude.
15. Na passagem – Ou melhor, a rua e o mundo estavam cheios, cheios daqueles passos cada vez mais **vizinhos**. –, o termo **vizinhos** significa que o narrador considerava que os passos
- (A) eram de alguma pessoa conhecida.
 - (B) assemelhavam-se a de um turista.
 - (C) estavam a uma pequena distância.
 - (D) indicavam um morador do local.
 - (E) se faziam ouvir bem além no quarteirão.
16. Na frase – Atravessei, **cauteloso**, para a calçada **fronteira**. –, são antônimo de **cauteloso** e sinônimo de **fronteira**, respectivamente:
- (A) petulante e divisa.
 - (B) presumido e adjacente.
 - (C) prevenido e limiar.
 - (D) incauto e anterior.
 - (E) imprudente e frontal.
17. No trecho – O bicho estava perto. Ia atacar-me a barriga da perna? Passou-me pela cabeça o grave da situação. Que seria de mim, atacado por um cão feroz numa via deserta, em plena madrugada, na cidade estranha? Como me arranjaria? Como reagiria? Como lutar contra o monstro, sem pedra nem pau, duas coisas tão úteis banidas pela vida urbana? –, as orações interrogativas indicam as
- (A) evocações do passado do narrador.
 - (B) hipóteses levantadas pelo narrador.
 - (C) possibilidades de o narrador atacar o bicho.
 - (D) brincadeiras do narrador com a situação.
 - (E) sugestões dos transeuntes ao narrador.
18. Assinale a alternativa em que o trecho, reescrito com base nas informações textuais, está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) Já tinha dado duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Lembrei-me, então, de que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, tinha deixado-o no banheiro.
 - (B) Já era duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Me lembrei, então, de que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, o tinha deixado no banheiro.
 - (C) Já era duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Lembrei, então, de que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, tinha lhe deixado no banheiro.
 - (D) Já eram duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Lembrei, então, que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, tinha-o deixado no banheiro.
 - (E) Já tinham dado duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Me lembrei, então, que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, tinha-o deixado no banheiro.
19. No período – Quase igual ao horror pelos cães **conhecidos**, ou de **conhecidos**, cuja lambida fria, na intimidade que lhes tenho sido obrigado a conceder, tantas vezes, me provoca uma incontrolável **repugnância**. –, os termos em destaque, conforme o contexto que determina seus usos, classificam-se, respectivamente, como
- (A) adjetivo, adjetivo e substantivo.
 - (B) substantivo, adjetivo e substantivo.
 - (C) adjetivo, substantivo e substantivo.
 - (D) adjetivo, adjetivo e adjetivo.
 - (E) substantivo, substantivo e adjetivo.
20. Assinale a alternativa em que a reescrita altera o sentido original do texto.
- (A) Examinei a rua.
= Olhei atentamente a rua.
 - (B) ... o caminhar tranquilo, muito suave, na calçada larga.
= o caminhar tranquilo, muito suave, na amplitude da calçada.
 - (C) Nenhuma farmácia aberta.
= Farmácia nenhuma aberta.
 - (D) Duas horas da manhã.
= Naquela madrugada, o relógio marcava duas horas da manhã.
 - (E) Alguma farmácia haveria de plantão...
= Farmácia alguma estaria de plantão...

NOÇÕES DE DIREITO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DIREITOS HUMANOS

21. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo seguinte princípio:
- (A) colaboração entre os povos para a evolução religiosa da humanidade.
 - (B) construção de uma sociedade internacional livre, justa e solidária.
 - (C) fruição total e absoluta dos direitos humanos.
 - (D) autodeterminação dos povos.
 - (E) uso autorizado da força para resposta aos ataques terroristas internacionais.
22. Assinale a alternativa cujo conteúdo corresponde a um direito ou garantia fundamental previsto expressamente no texto constitucional.
- (A) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
 - (B) Não haverá júízo ou tribunal de exceção, exceto quando se tratar de crime hediondo, inafiançável ou imprescritível, na forma da lei.
 - (C) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade policial competente.
 - (D) A lei penal não retroagirá, salvo quando for para punir o réu.
 - (E) Não poderá haver penas de morte, cruéis ou de interdição de direitos individuais.
23. Sansão Herculano, brasileiro, médico veterinário, maior de idade, foi preso em flagrante delito e levado à Delegacia de Polícia. Segundo o que estabelece a Constituição Federal, Sansão tem os seguintes direitos:
- (A) a assistência da família e de um advogado, cela especial por ter curso superior e uma ligação telefônica para pessoa por ele indicada.
 - (B) ser criminalmente identificado, mesmo se possuir identificação civil, cela especial em razão de ter curso superior e assistência de um advogado.
 - (C) avistar-se pessoalmente com o promotor de justiça, entrar em contato com uma pessoa da família ou quem ele indicar e assistência de um advogado ou defensor público.
 - (D) relaxamento imediato de sua prisão se ela foi ilegal, permanecer calado e cela especial privativa.
 - (E) permanecer calado, identificação dos responsáveis por sua prisão e que o juiz e sua família sejam imediatamente comunicados sobre sua prisão.
24. Conforme estabelece a Constituição Federal, as funções de polícia judiciária e de preservação da ordem pública cabem, respectivamente,
- (A) à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.
 - (B) à Polícia Militar e às Polícias Cíveis.
 - (C) às Polícias Cíveis e à Polícia Militar.
 - (D) às Polícias Cíveis e às Guardas Municipais.
 - (E) à Polícia Federal e às Guardas Municipais.
25. Na evolução dos direitos humanos, costumam-se classificar, geralmente, as gerações dos direitos em três fases (Eras dos Direitos), conforme seu processo evolutivo histórico.
- Assinale a alternativa que representa, correta e cronologicamente, essa classificação.
- (A) Direitos civis; direitos políticos; direitos fundamentais.
 - (B) Igualdade; liberdade; fraternidade.
 - (C) Direitos individuais; direitos coletivos; direitos políticos e civis.
 - (D) Direitos civis e políticos; direitos econômicos e sociais; direitos difusos.
 - (E) Liberdades positivas; liberdades negativas; direitos dos povos.
26. Dentre os documentos reconhecidos internacionalmente e que limitaram o poder do governante em relação aos direitos do homem, encontra-se o mais remoto e pioneiro antecedente que submetia o Rei a um corpo escrito de normas, procurava afastar a arbitrariedade na cobrança de impostos e implementava um julgamento justo aos homens.
- Esse importante documento histórico dos direitos humanos denomina-se
- (A) Talmude.
 - (B) *Magna Carta* da Inglaterra.
 - (C) Alcorão.
 - (D) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França.
 - (E) *Bill of Rights*.
27. Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal brasileira, é correto afirmar que
- (A) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - (B) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos e os maiores de sessenta anos.
 - (C) a idade mínima para elegibilidade ao cargo de Vereador é de vinte e um anos.
 - (D) os direitos políticos poderão ser cassados em decorrência da sentença criminal condenatória transitada em julgado.
 - (E) o militar é inalistável e inelegível.

28. Tendo em vista os direitos humanos fundamentais na vigente Constituição da República brasileira, o direito de locomoção e a obtenção ou correção de dados e informações constantes de arquivos de entidades governamentais ou caráter público podem ser garantidos, respectivamente, pelos seguintes remédios constitucionais:
- (A) alvará de soltura e ação civil pública.
 - (B) *habeas data* e mandado de segurança.
 - (C) mandado de injunção e *habeas data*.
 - (D) *habeas corpus* e mandado de injunção.
 - (E) *habeas corpus* e *habeas data*.
29. A Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como *Pacto de São José da Costa Rica*, aprovada e assinada em 22.11.1969, é um marco fundamental no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e entrou em vigor em 18.07.1978. Sua aplicação no Brasil acabou por gerar súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (Súmula Vinculante n.º 25, DOU de 23.12.2009), que, em relação aos direitos humanos, decidiu que
- (A) ninguém poderá ser condenado ou sentenciado, sem o devido processo legal.
 - (B) só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros.
 - (C) não haverá penas cruéis e não será tolerada a tortura no Brasil.
 - (D) é proibida a pena de morte no Brasil, exceto em tempo de guerra.
 - (E) é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
30. No Sistema Global de proteção dos direitos humanos, há um tratado que foi aprovado e promulgado pelo Brasil, vindo a ser constitucionalizado no direito brasileiro por ter sido aprovado pelo mesmo procedimento das emendas constitucionais, fazendo, agora, parte do bloco de constitucionalidade brasileiro. Esse documento internacional é o(a)
- (A) Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional.
 - (B) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
 - (C) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo Facultativo.
 - (D) Convenção sobre os Direitos da Criança.
 - (E) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
31. No que diz respeito ao conceito do crime, é correto afirmar que
- (A) é considerada como causa do crime a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, sendo que a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação do crime quando, por si só, produziu o resultado.
 - (B) ao agente que tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, não será imputado o crime se apenas omitiu-se, ainda que pudesse agir para evitar o resultado.
 - (C) se considera o crime tentado quando iniciada a preparação; este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
 - (D) para a caracterização da omissão penalmente relevante é suficiente que o agente tivesse o poder de agir para evitar o resultado do crime.
 - (E) se pune a tentativa se, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
32. Em relação aos crimes dolosos e culposos, é correto afirmar:
- (A) a culpa estará caracterizada se o agente previu o resultado e assumiu o risco de produzi-lo.
 - (B) o dolo estará caracterizado quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
 - (C) a culpa consciente estará caracterizada quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado do crime.
 - (D) o dolo estará caracterizado se o agente previu o resultado, mas não assumiu o risco de produzi-lo.
 - (E) com fundamento na parte geral do Código Penal, o agente será responsabilizado pela prática de crime culposo se praticar uma conduta prevista na lei como crime doloso, mas tenha agido com imprudência, imperícia ou negligência, independentemente da previsão legal do crime na modalidade culposa.
33. Assinale a alternativa correta a respeito das excludentes de antijuridicidade previstas no Código Penal.
- (A) Ao agir em estrito cumprimento de dever legal, o agente não responderá pelo excesso culposo, e, sim, apenas pelo excesso doloso.
 - (B) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que provocou por sua vontade e podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
 - (C) A alegação do estado de necessidade independe do fato de o agente ter o dever legal de enfrentar o perigo.
 - (D) Em qualquer das hipóteses de excludente de antijuridicidade, previstas na Parte Geral do Código Penal, o agente responderá pelo excesso doloso ou culposo.
 - (E) Para a caracterização da legítima defesa, basta que o agente demonstre ter repellido uma injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

34. Assinale a alternativa correta no que tange aos crimes contra a pessoa e a dignidade sexual previstos no Código Penal.
- (A) O homicídio será qualificado se for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
 - (B) Constranger um homem, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso diverso da conjunção carnal, caracteriza o crime de atentado violento ao pudor e não de estupro.
 - (C) Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, caracteriza o crime de assédio sexual.
 - (D) Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, independentemente de injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
 - (E) Não se caracteriza o crime de aborto provocado por terceiro aquele praticado pelo médico, se a gravidez resulta de estupro, ainda que sem o consentimento da gestante capaz.
35. No que diz respeito aos crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal, é correto afirmar que
- (A) subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, e mantendo a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, caracteriza o crime de extorsão mediante sequestro.
 - (B) o crime de furto é qualificado se praticado com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
 - (C) sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate, caracterizará o crime de roubo mediante sequestro se este durar menos do que 24 (vinte e quatro) horas.
 - (D) o crime de furto é qualificado se praticado durante o repouso noturno.
 - (E) quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, não comete crime se desconhece a identidade do proprietário do objeto.
36. No que tange aos crimes praticados contra a Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) aceitar promessa de vantagem indevida ainda que fora da função pública ou antes de assumi-la, mas em razão dela, será caracterizado como corrupção passiva tentada se o agente não receber a vantagem.
 - (B) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão de circunstâncias alheias ao cargo, caracteriza o crime de peculato.
 - (C) praticar ato de ofício contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza-se como crime de prevaricação.
 - (D) facilitar, por culpa, a revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo caracteriza o crime de violação de sigilo funcional.
 - (E) solicitar, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, caracteriza o crime de concussão.
37. Assinale a alternativa correta no que diz respeito às disposições relativas ao Inquérito Policial previstas no Código de Processo Penal.
- (A) Incumbirá à autoridade policial no curso do Inquérito Policial representar acerca da prisão preventiva.
 - (B) Caso vislumbre notória atipicidade da conduta investigada, a autoridade policial poderá determinar o arquivamento dos autos do Inquérito Policial.
 - (C) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, permanecerão com a autoridade policial após o encaminhamento dos autos do inquérito policial para análise do Ministério Público e Poder Judiciário, e serão encaminhados, posteriormente, se o Juiz ou membro do Ministério Público assim requisitarem.
 - (D) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência durante o curso do Inquérito Policial em virtude da natureza inquisitória deste procedimento.
 - (E) Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas não poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, sendo obrigatória, para tanto, a existência de precatórias ou requisições à autoridade competente daquela circunscrição.

38. No que tange às disposições relativas às provas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) são admissíveis no processo penal as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- (B) mesmo que haja divergência em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, a acareação não será admitida entre acusados e testemunha.
- (C) o juiz ou a autoridade policial negará o requerimento de exame pericial de corpo de delito apresentado pelas partes, quando não for necessário ao esclarecimento da verdade.
- (D) para análise da admissibilidade das provas derivadas das ilícitas, considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- (E) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo apenas a confissão do acusado.

39. Considera-se em flagrante delito:

- (A) o agente que é surpreendido com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, em qualquer momento da investigação.
- (B) o agente que é investigado pela prática da infração penal no momento em que a autoridade policial consegue reunir as provas de ter sido ele o autor do crime.
- (C) o agente das infrações permanentes, enquanto não cessar a permanência.
- (D) o agente que foge após a prática da infração penal enquanto não for capturado.
- (E) o agente que é surpreendido na fase dos atos preparatórios da infração penal.

40. No tocante à prisão preventiva, é correto afirmar:

- (A) poderá ser decretada quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- (B) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, só poderá ser decretada em substituição das medidas protetivas de urgência.
- (C) não poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- (D) não pode ser decretada durante o Inquérito Policial, mas apenas durante o processo penal após o oferecimento da denúncia.
- (E) poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, sendo, em tais casos, irrelevante haver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

41. Conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), o adolescente apreendido por força de ordem judicial e o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional serão, respectivamente, desde logo, encaminhados

- (A) à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
- (B) à autoridade judiciária e à autoridade policial competente.
- (C) à Procuradoria do Estado e à autoridade judiciária competente.
- (D) ao Conselho Tutelar local e à autoridade policial competente.
- (E) à autoridade policial competente e ao Ministério Público.

42. Segundo a Lei n.º 8.072/1990, são considerados crimes hediondos:

- (A) o racismo e a corrupção ativa.
- (B) o terrorismo e o atentado violento ao pudor.
- (C) a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e o estupro de vulnerável.
- (D) a prática da tortura e a corrupção ativa.
- (E) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o racismo.

43. Assinale a alternativa correta a respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

- (A) Na ação judicial de improbidade administrativa, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam com o deferimento da liminar pela autoridade judiciária competente.
- (B) Além de outras penalidades, aquele que cometer ilícito previsto na Lei de Improbidade Administrativa ficará sujeito à cassação de seus direitos políticos.
- (C) As penas cominadas pela Lei de Improbidade Administrativa são específicas e individualizadas, não podendo atingir o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente.
- (D) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à vítima representar à autoridade judiciária, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (E) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

44. Quanto ao crime de tortura, é correto afirmar que
- (A) a lei brasileira que comina pena para o crime de tortura não se aplica quando o crime foi cometido fora do território nacional, mesmo sendo a vítima brasileira.
 - (B) o condenado pelo crime de tortura cumprirá todo o tempo da pena em regime fechado.
 - (C) é afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia.
 - (D) na aplicação da pena pelo crime de tortura, não serão admitidas agravantes ou atenuantes.
 - (E) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
45. Com relação aos crimes em espécie previstos no Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que
- (A) não será considerado crime a mera conduta de afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade civil que lhe possa ser atribuída.
 - (B) no homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada se o agente, no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.
 - (C) será considerado crime participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, mesmo que não resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada.
 - (D) é crime conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 2 (dois) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
 - (E) o juiz deixará de aplicar a pena no crime de omissão de socorro se restar provado que a omissão foi suprida por terceiros ou que se tratou de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves.
46. Fulano, casado com Ciclana, num momento de discussão no lar, destruiu parte dos instrumentos de trabalho de sua esposa. Considerando a conduta de Fulano em face do disposto na Lei Maria da Penha, pode-se afirmar que
- (A) Fulano, pela sua conduta, poderá ser submetido à pena de pagamento de cestas básicas em favor de entidades assistenciais.
 - (B) Fulano não se sujeitará às penas da Lei Maria da Penha, pois a sua conduta ocorreu apenas dentro do ambiente familiar.
 - (C) Fulano estará sujeito à prisão preventiva, a ser decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
 - (D) Fulano não poderá ser processado pela Lei Maria da Penha, tendo em vista que esta se destina a proteger a mulher contra agressões físicas, psicológicas ou morais, mas não patrimoniais.
 - (E) Ciclana terá direito a obter medida judicial protetiva de urgência contra Fulano, podendo entregar pessoalmente a intimação da respectiva medida ao seu marido.
47. Nos termos do que estabelece a Lei sobre Drogas (Lei n.º 11.343/2006), quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar poderá sofrer a seguinte pena:
- (A) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, pelo prazo máximo de cinco meses, se não reincidente.
 - (B) detenção.
 - (C) reclusão.
 - (D) pagamento de multa a ser revertida ao patrimônio da Defensoria Pública.
 - (E) prestação de serviços à comunidade, pelo prazo máximo de um ano, a ser cumprida em programas comunitários ou entidades que se ocupem da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.
48. Assinale a alternativa que está expressamente de acordo com a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo.
- (A) O policial civil que sofrer lesões no exercício de suas funções deverá ser encaminhado a qualquer hospital público ou particular às suas próprias expensas.
 - (B) A pena de advertência não acarreta perda de vencimentos ou de qualquer vantagem de ordem funcional nem contará pontos negativos na avaliação de desempenho.
 - (C) O policial civil não poderá ser removido no interesse do serviço, para município diverso do de sua sede de exercício, no período de 6 (seis) meses antes e até 3 (três) meses após a data das eleições.
 - (D) Ao cônjuge ou, na falta deste, à pessoa que provar ter feito despesa em virtude do falecimento do policial civil, será concedida, a título de auxílio-funeral, a importância correspondente a 3 (três) meses de vencimento.
 - (E) Será dispensável o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de repreensão, multa, suspensão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
49. Nos termos da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo, determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou no seu curso, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço policial, poderá o Delegado Geral de Polícia, por despacho fundamentado, ordenar o afastamento preventivo do policial civil, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a repercussão do fato, sem prejuízo de vencimentos ou vantagens, até
- (A) 180 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período.
 - (B) um ano, improrrogável.
 - (C) 120 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período.
 - (D) 180 dias, improrrogáveis.
 - (E) 120 dias, improrrogáveis.

50. Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor.
- (A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
 - (B) A culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro afasta a responsabilidade do fabricante pelo fato do produto e do serviço defeituoso.
 - (C) Tendo mais de um autor a ofensa, estes responderão subsidiariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.
 - (D) A responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços na relação de consumo é subjetiva.
 - (E) As normas do Código de Defesa do consumidor não se aplicam aos órgãos públicos, já que estes não podem ser equiparados às pessoas de direito privado na relação consumerista.

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

51. Entende-se por Etiologia Criminal a ciência que estuda e investiga
- (A) a criminalística, isto é, o processo de desenvolvimento do crime.
 - (B) a transmissão congênita de fatores psicológicos, propensos ao desenvolvimento da criminalidade.
 - (C) a criminogênese, que objetiva explicar quais são as causas do crime.
 - (D) o fenômeno do delito e as formas de prevenção secundária.
 - (E) a transmissão genética de fatores biológicos, propensos ao desenvolvimento da criminalidade.
52. Os objetos de estudo da moderna Criminologia são:
- (A) a vítima e o delinquente.
 - (B) o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
 - (C) o delito e o delinquente.
 - (D) o problema social, suas causas biológicas e o mimetismo.
 - (E) o crime e os fatores biopsicológicos decorrentes de sua prática.
53. A Teoria do Etiquetamento ou do *labelling approach* inspirou no Direito Penal Brasileiro a instituição
- (A) da Lei de Segurança Nacional.
 - (B) do Código Penal Militar.
 - (C) da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
 - (D) da Teoria do Direito Penal do Inimigo.
 - (E) da Lei dos Crimes Hediondos.

54. São teorias do conflito as teorias
- (A) das áreas criminais, da identificação diferencial e da criminologia crítica.
 - (B) da desorganização social, da neutralização e das áreas criminais.
 - (C) do conflito cultural, do etiquetamento e da associação diferencial.
 - (D) da associação diferencial, da subcultura e do estrutural-funcionalismo.
 - (E) da criminologia crítica, da rotulação e da criminologia radical.
55. A corrente de pensamento criminológico que critica a exibição de cenas em televisão e cinema, de abuso de drogas ilícitas, prática de roubos, sequestros, bem como outras condutas delituosas, alçando seus protagonistas a *status* de “heróis” ou “justiceiros”, fomentando sua imitação pelas pessoas, principalmente jovens, é a Teoria
- (A) da Identificação Diferencial.
 - (B) da Reação Social.
 - (C) da Criminologia Radical.
 - (D) da Associação Diferencial.
 - (E) da Criminologia Crítica.
56. É considerado o pai da Vitimologia:
- (A) Cesare Lombroso.
 - (B) Raffaele Garofalo.
 - (C) Émile Durkheim.
 - (D) Benjamin Mendelsohn.
 - (E) Cesare Bonesana.
57. Entende(m)-se por vitimização terciária
- (A) os danos materiais e morais diretamente causados pelo delito, em face da vítima.
 - (B) a conduta de terceiros ou de eventos oriundos da natureza.
 - (C) o aborrecimento e o temor causados pela necessidade de comparecer aos órgãos encarregados de persecução criminal para o formal registro da ocorrência bem como para a indicação de seu algoz.
 - (D) a discriminação que a vítima recebe de seus familiares, amigos e colegas de trabalho, em forma de segregação e humilhação, por conta do delito por ela sofrido.
 - (E) a sobrevivitização, como o suicídio ou a autolesão.

NOÇÕES DE LÓGICA

58. Um indivíduo que, ao abrir a porta de seu veículo automotor, a fim de sair do estacionamento de um *shopping center*, é surpreendido por bandido armado que estava homiziado em local próximo, aguardando a primeira pessoa a quem pudesse roubar, é

- (A) tão culpado quanto o criminoso.
- (B) vítima ideal.
- (C) mais culpado que o criminoso.
- (D) exclusivamente culpado.
- (E) vítima de culpabilidade menor.

59. A atuação das polícias, do ministério público e da justiça criminal, quando focada em determinados grupos ou setores da sociedade, por possuírem maior risco de praticar o crime ou de ser vitimados por este, constitui programa de prevenção

- (A) secundária.
- (B) quaternária.
- (C) primária.
- (D) quinária.
- (E) terciária.

60. O legislador brasileiro, ao dispor sobre as funções da reprimenda pela prática de infração penal no artigo 59 do Código Penal – *O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime...* –, adotou a teoria da

- (A) função reeducativa da pena.
- (B) função de prevenção especial da pena.
- (C) função de prevenção geral da pena.
- (D) função retributiva da pena.
- (E) função mista ou unificadora da pena.

61. Sobre as tabelas de verdade dos conectivos de disjunção (inclusiva), conjunção e implicação (material), assinale a alternativa correta.

- (A) As conjunções só são falsas quando ambos os conjuntos são falsos.
- (B) Não existe implicação falsa com antecedente verdadeiro.
- (C) As disjunções são falsas quando algum dos disjuntos é falso.
- (D) Só há um caso em que as implicações são verdadeiras.
- (E) As implicações são verdadeiras quando o antecedente é falso.

Para as questões de números 62 a 64, considere a seguinte notação para os conectivos lógicos: \sim (para a negação), \vee (para a disjunção inclusiva), $\&$ (para a conjunção) e \supset (para a implicação material).

62. Considerando que A e B representam enunciados verdadeiros e M e N representam enunciados falsos, assinale a alternativa que corresponde ao valor de verdade da seguinte forma sentencial:

$$(A \ \& \ \sim M) \supset (\sim B \ \vee \ N)$$

- (A) O mesmo valor de $A \ \vee \ B$.
- (B) O valor de verdade não pode ser determinado.
- (C) Verdadeiro.
- (D) Falso.
- (E) O mesmo valor de $\sim M \ \& \ \sim N$.

63. Assinale qual das seguintes formas sentenciais é uma tautologia.

- (A) $X \supset (X \ \& \ Y)$
- (B) $\sim X \ \& \ \sim \sim X$
- (C) $Y \supset (X \supset Y)$
- (D) $X \ \& \ (Y \ \vee \ X)$
- (E) $Y \supset (Y \supset X)$

64. Assinale qual das formas sentenciais seguintes é equivalente à forma:

$$\sim P \ \vee \ Q$$

- (A) $P \supset Q$
- (B) $(P \ \vee \ \sim Q) \supset Q$
- (C) $(P \ \& \ Q) \supset P$
- (D) $\sim \sim P \ \vee \ \sim Q$
- (E) $P \ \& \ \sim Q$

65. Assinale qual é a contraditória do enunciado: Todo homem é mortal.

- (A) Algum homem é mortal.
- (B) Algum homem não é mortal.
- (C) Algum mortal não é homem.
- (D) Nenhum homem é mortal.
- (E) Nenhum mortal é homem.

66. Considerando os conectivos usuais de negação, disjunção (inclusiva), conjunção e implicação (material), assinale a alternativa correta.

- (A) Não existem tautologias só com o conectivo de implicação.
- (B) Não existem tautologias com o conectivo de conjunção.
- (C) Não existem contradições sem que ocorra o conectivo de negação.
- (D) Não existem contradições com apenas uma letra sentencial (considerando que ela pode ser utilizada mais de uma vez).
- (E) Existem tautologias que só possuem os conectivos de disjunção e conjunção.

67. Assinale a alternativa que representa a estrutura do seguinte argumento:

Se João é professor, então João ministra aulas. João não é professor. Logo, João não ministra aulas.
--

- (A) *Modus tolens*.
- (B) Adição.
- (C) Dilema construtivo.
- (D) Silogismo disjuntivo.
- (E) *Modus ponens*.

68. Quando um argumento dedutivo é válido, isso significa que

- (A) se as premissas são falsas, a conclusão é falsa.
- (B) premissas e conclusão devem ter sempre o mesmo valor de verdade.
- (C) se a conclusão é falsa, deve haver alguma premissa falsa.
- (D) não existe situação em que as premissas são verdadeiras e a conclusão falsa.
- (E) as premissas são sempre verdadeiras.

69. Em um reino distante, um homem cometeu um crime e foi condenado à forca. Para que a sentença fosse executada, o rei mandou que construíssem duas forcas e determinou que fossem denominadas de Forca da Verdade e Forca da Mentira. Além disso, ordenou que na hora da execução o prisioneiro deveria proferir uma sentença assertiva qualquer. Se a sentença fosse verdadeira, ele deveria ser enforcado na Forca da Verdade. Se, por outro lado, a sentença fosse falsa, ele deveria ser enforcado na Forca da Mentira. Assim, no momento da execução, foi solicitado que o prisioneiro proferisse a sua asserção. Ao fazer isso, o carrasco ficou completamente sem saber o que fazer e a execução foi cancelada!

Assinale qual das alternativas representa a asserção que o prisioneiro teria proferido.

- (A) “Está chovendo forte”.
- (B) “O carrasco não vai me executar”.
- (C) “A soma dos ângulos de um triângulo é cento e oitenta graus”.
- (D) “Dois mais dois é igual a cinco”.
- (E) “Serei enforcado na Forca da Mentira”.

70. Assinale a alternativa que representa o modo e a figura do silogismo seguinte.

Todo sapo é verde. Algum cão não é verde. Logo, nenhum cão é sapo.
--

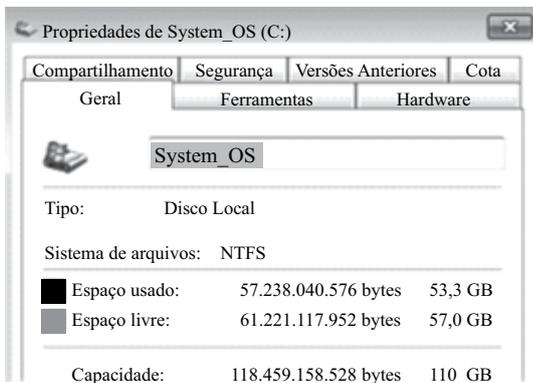
- (A) OAE – 2.
- (B) AEI – 4.
- (C) EAO – 1.
- (D) AOE – 2.
- (E) AIE – 3.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

71. A área de transferência do MS-Windows 7, na sua configuração padrão,

- (A) consegue armazenar arquivos inteiros, mas não pastas.
- (B) trabalha com um bloco de informações por vez, ou seja, o conteúdo anterior será sempre substituído pelo novo conteúdo.
- (C) é visualizada após a execução do comando clipbrd.exe.
- (D) consegue armazenar apenas pastas que não contêm subpastas.
- (E) armazena qualquer tipo de informação, exceto som; exemplos: arquivos com extensão MP3.

72. Considere a figura que mostra parcialmente a janela propriedades do disco rígido de um computador com MS-Windows 7, em sua configuração original.



Assinale a alternativa que contém um dos aplicativos disponíveis na guia Ferramentas, visível na janela citada.

- (A) Backup.
- (B) Windows Explorer.
- (C) Painel de Controle.
- (D) Windows Defender.
- (E) Paint.

73. A figura seguinte apresenta parte da área de trabalho do MS-Windows 7:



Um dos aplicativos em execução é o

- (A) Internet Explorer.
- (B) Microsoft Outlook.
- (C) Microsoft PowerPoint.
- (D) Microsoft Excel.
- (E) Microsoft Word.

Utilize as afirmações seguintes para responder às questões de números 74 e 75.

O texto a seguir será convertido em tabela pelo MS-Word 2010, na sua configuração padrão, sem que o usuário altere as opções apresentadas na janela Converter Texto em Tabela encontrada em Tabela no menu Inserir.

ITEM; QTDE; VALOR; Livros 1 R\$25 Revistas 3 R\$30

74. Assinale a alternativa com a quantidade de colunas e linhas que serão sugeridas, respectivamente.

- (A) 4 e 1.
- (B) 9 e 1.
- (C) 3 e 3.
- (D) 9 e 3.
- (E) 4 e 3.

75. O comportamento de ajuste automático padrão será

- (A) Altura de linha fixa.
- (B) Ajustar-se automaticamente ao conteúdo.
- (C) Ajustar-se automaticamente à janela.
- (D) Largura de coluna fixa.
- (E) Texto separado em espaços.

76. A *figura I* exibe uma planilha do MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, recém-digitada pelo usuário:

	A	B
1	Status	Solicitação
2	Implantada	9909
3	Análise	1101
4	Homologação	5505
5	Testes	7707
6	Homologação	8808
7	Iniciar	3303

Figura I

A *figura II* mostra a mesma planilha classificada:

	A	B
1	Status	Solicitação
2	Iniciar	3303
3	Análise	1101
4	Testes	7707
5	Homologação	5505
6	Homologação	8808
7	Implantada	9909

Figura II

Assinale a alternativa que contém as opções de classificação utilizadas na *figura II*, conforme figura a seguir:



- (A) Classificar por Status
Classificar em Etapas de Projeto
Ordem Lista Personalizada (Iniciar, Análise, Testes, Homologação, Implantada)
- (B) Classificar por Solicitação
Classificar em Ícone de Célula
Ordem Lista Personalizada (Iniciar, Análise, Testes, Homologação, Implantada)
- (C) Classificar por Status
Classificar em Valores
Ordem De Z a A
- (D) Classificar por Solicitação
Classificar em Valores
Ordem De A a Z
- (E) Classificar por Status
Classificar em Valores
Ordem Lista Personalizada (Iniciar, Análise, Testes, Homologação, Implantada)

77. O botão  encontrado no menu Layout da Página do MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, permite definir a área de impressão de intervalo(s) de células previamente selecionado(s) de

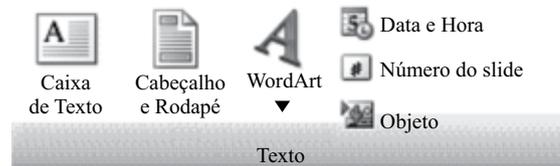
- (A) várias planilhas de um grupo adjacente de células.
- (B) várias pastas de trabalho de uma planilha.
- (C) uma pasta de trabalho da planilha.
- (D) uma planilha da pasta de trabalho.
- (E) várias planilhas de uma célula.

78. Para mostrar um apontador laser durante uma apresentação de slide do MS-PowerPoint 2010, na sua configuração padrão, mantenha pressionada a tecla _____ e pressione o botão _____ do mouse.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) CTRL ... principal (esquerdo)
- (B) ALT ... secundário (direito)
- (C) CTRL ... secundário (direito)
- (D) ALT ... principal (esquerdo)
- (E) ENTER ... secundário (direito)

79. Observe as opções disponíveis no grupo Texto do menu Inserir do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original:



Clicando em  Número do slide e marcando a opção Número do slide, a informação será inserida no(a)

- (A) região central do rodapé.
- (B) canto direito do rodapé do slide.
- (C) canto esquerdo do cabeçalho do slide.
- (D) canto direito do cabeçalho do slide.
- (E) região central do cabeçalho.

80. No Google, o caracter que deve ser adicionado imediatamente antes da palavra para procurar por essa palavra e também por seus sinônimos é

- (A) “
- (B) ~
- (C) %
- (D) #
- (E) &